



Anais da Assembléia

N.º 43

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE MAIO DE 1986

ANO XII

3. SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 34.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 1986

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tércio Albuquerque e Adhail Sprenger Passos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luis Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, COMUNICA a esta Assembléia Legislativa, que em data de 09/05/86, desfilou-se do PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, filiando-se ao PDT, Partido

Democrático Brasileiro.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1986.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, considerando que o Projeto de Lei n.º 282/84, recebeu pareceres contrários nas Comissões de Constituição e Justiça e de Recursos Humanos, REQUER, seja o mesmo retirado da Ordem do Dia e encaminhado, como sugestão, ao Poder Executivo, a quem, constitucionalmente, cabe a iniciativa de leis de tal natureza.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1986.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO CONSTANTINO CRISTÓFIS, ocorrido nesta Capital, em 11 do corrente.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O passamento do Senhor JOÃO CONSTANTINO CRISTÓFIS, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como da sociedade local, inclusive difícil de ser preenchida, onde gozava do mais alto conceito junto à comunidade, sempre ligado às causas humanitárias, militando com todas as suas forças em todos os setores.

Deixa viúva Dona Marli e os filhos: Diamantino, Marilena, Maria do Rocio e João Constantino Júnior.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição na ata da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora HELENA RUPP BASTOS, ocorrido nesta Capital no último dia 09 de maio do corrente, com a idade de 95 anos.

A extinta era mãe de sete filhos: Benito, casado com a Senhora Idê Fernanda -

Hélio, casado com a Senhora Lady - Ítalo, casado com a Senhora Rosa - Ciro, casado com a Senhora Ana Silvia - Henrique, casado com a Senhora Ledir - Marina, casada com o Senhor Tarciso Seffer e Maria, viúva do Senhor Miguel Procopiack. Deixa ainda netos e bisnetos em número de 74.

Seu passamento veio a consternar a todos pois dona Helena era muito estimada por todos, tendo em vista tratar-se de uma pessoa que tinha facilidade em fazer novas amizades.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, na pessoa do seu neto, Senhor Lázaro Luiz Fernandes Bastos, Residente à Rua José Bernardino Bormann, 730 - Batel, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1986.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Gelmino Pulga, ocorrido recentemente na Municipalidade de Campo Mourão.

O passamento do Senhor Gelmino Pulga enlutou não apenas e tão-somente sua esposa, filhos e parentes, mas entristeceu a cidade de Campo Mourão que o conhecia. Abre-se uma lacuna que não se preenche mais. Ao longo de sua existência Gelmino Pulga pautou-se sempre pelo trabalho. Mais do que isto, nas atividades comerciais agia sempre com honestidade e caráter.

Preocupado com os problemas sociais, no sentido da solução dos mesmos e do próprio engrandecimento da região, Gelmino Pulga sempre esteve presente naquelas iniciativas cujo objetivo fosse melhorar as condições de vida daquele lugar, que soube amar, onde criou seus filhos e cultivou amigos.

Não poderia, Senhor Presidente, em que pese o momento de dor, deixar de solicitar a inclusão nos Anais deste Poder Legislativo, de voto de pesar pelo desaparecimento do Senhor Gelmino Pulga, ficando na lembrança seus inúmeros exemplos de dignidade, de fé cristã, de trabalho e dedicação.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão de um voto

Curitiba, terça, em 13.05.86.

de profundo pesar pelo falecimento da Senhora CAROLIMA AMÉLIA GIORGETE SARZI, falecida aos 70 anos de idade, no último dia 9 de maio, em Marumbi.

Muito estimada naquela cidade, era viúva do pioneiro Santo Sarzi e deixa 3 filhos, conceituados e participantes da sociedade marumbiense.

A extinta deixa saudades e muito consternados todos quantos a conheciam.

Outrossim, solicita que da decisão do Plenário seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1986.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER a consignação em ata da presente sessão, de voto de regozijo pelas solenidades comemorativas ao "JUBILEU DE PRATA" do Reverendíssimo DOM GERALDO PELLANDA, frente à Diocese de Ponta Grossa e pelo 60º Aniversário de Criação daquela Diocese, assinaladas a 11 de maio do ano em curso.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de regozijo e felicitações, manifestados ao Bispo da Diocese de Ponta Grossa, Reverendíssimo DOM GERALDO PELLANDA, pelo "JUBILEU DE PRATA" - daquela autoridade à frente da Diocese de Ponta Grossa que, por sucessão, assumiu a 24 de fevereiro de 1965 o Bispado bem como, estende o Parlamentar suas homenagens àquela Diocese pela passagem do sexagésimo aniversário de criação, comemorados a 11 de maio em curso.

Sendo o segundo Bispo Diocesano de Ponta Grossa, Dom Geraldo Pellanda nasceu em 1º de setembro de 1916. Filho de Nicola Pellanda e Paulina Micheletto Pellanda.

Aos seis de fevereiro de 1982, ingressou no Seminário Menor dos Padres Passionistas em São Paulo, iniciando o Noviciado aos 15 de setembro de 1931 e, em 1932 professou os votos temporários. Posteriormente, em São Paulo, cursou Filosofia, fazendo seus estudos teológicos em Roma, concluindo-os em 1941. Foi ordenado Sacerdote aos 23 de setembro de 1939, licenciando-se em Teologia, formado no Instituto Pontifício de Música Sacra, Polifonia, Gregoriana e Direção. Foi professor de Teologia em São Paulo, Superior do Convento do Cabral em Curitiba, Superior do Convento Passionista de Colombo, Examinador Sinodal e Censor de Livros em Curitiba; Juiz do Tri-

bunal Eclesiástico de Curitiba; Presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil - seção Paraná. Foi nomeado Bispo Coadjutor com direito à sucessão no dia 9 de novembro de 1960 e, finalmente a 11 de fevereiro de 1961 deu-se sua Sagração Episcopal, sendo a 13 de fevereiro de 1965 nomeado Administrador Apostólico de Ponta Grossa, "Sede Plena", para a 24 de fevereiro do mesmo ano, por sucessão, assumir o Bispado de Ponta Grossa.

Integrada por 38 Paróquias e uma Reitoria, conta hoje a Diocese de Ponta Grossa com 17 Congregações masculinas e 28 femininas, sendo o Clero formado por 25 presbíteros, e tem como Padroeira Nossa Senhora de Vila Velha, Mãe da Divina Graça, cuja imagem original está visitando todas as Paróquias da Diocese durante este ano Jubilar.

O evento que se revestiu de intensa programação, teve início com o encontro entre a Congregação e o Nuncio Apostólico Dom Carlo Furno, representante do Papa no Brasil, e a presença de demais autoridades eclesiais e civis.

Desta decisão requer, ainda, seja dada ciência àquela autoridade, no seguinte endereço: Curia Diocesana de Ponta Grossa, à Rua Marechal Floriano Peixoto, 581 - Ponta Grossa - PR..

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1986.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inscrito na ata dos trabalhos desta sessão voto de aplausos ao jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, por ter recebido a Comenda da Ordem do Congresso Nacional, no grau Oficial. Requer, ainda, que deste ato seja dado conhecimento ao homenageado.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O doutor Francisco da Cunha Pereira Filho é plenamente merecedor da Comenda que lhe foi conferida pelo Congresso Nacional. Diretor de tradicional matutino de nossa Capital, hoje um dos maiores veículos de comunicação do país, e de uma rede de televisão com pleno alcance e aceitação, tem marcado suas posições paranistas. Seus veículos servem às causas do Paraná e é comum o desenvolver de campanhas cívicas e de estímulo ao progresso da nossa terra. Sua atuação na sociedade paranaense, com liderança, vem se acentuando sempre em defesa das causas mais relevantes. A Comenda do Congresso vem coroar toda uma atividade dedicada ao bem comum e de exaltação permanente às boas iniciativas da gente do

Paraná, desenvolvida pelo jornalista Francisco Cunha Pereira Filho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais desta Casa, com conhecimento ao homenageado, voto de reconhecimento ao Desembargador JOÃO CID PORTUGUAL, pelos anos de serviço relevante que prestou ao povo paranaense, como Magistrado, Procurador da Justiça e Professor de Direito.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

João Cid de Macedo Portugal é parte de uma legenda ilustre de magistrados do Paraná, filho do eminente paranaense CLOTÁRIO PORTUGAL, há pouco homenageado por esta Casa com a Cidadania Benemérita do Paraná.

Tendo iniciado sua vida pública, nos albores da juventude, como Promotor de Justiça, João Cid Portugal logo se destacou pelo culto ao Direito e a promoção da Justiça, especialmente em favor dos desvalidos da sociedade.

Ascendendo na carreira, chegou a Procurador da Justiça e, depois, merecidamente, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, donde agora se aposenta, por ter atingido a idade de permanência em atividade.

Paralelamente, como professor de Direito dos mais ilustres, João Cid Portugal ensinou à mocidade estudiosa de nossa terra as noções fundamentais do Direito Processual Penal, valendo-se de sua profunda erudição, sua larga experiência e seu acentuado humanismo, tornando-se querido de gerações de profissionais do Direito que hoje militam em nossa Justiça.

É por estes fundamentos que propomos, como representante do povo do Paraná, este voto de reconhecimento a tão ilustre magistrado e cidadão de nossa terra; levando ainda, em conta, que a reverência aos homens que se destacam, ao lado do culto dos heróis constitui o substrato da memória social que embasa o modo de ser dos povos organizados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o do Plenário, seja consignado VOTO DE LOUVOR ao jornal "O PARANÁ", de Cascavel, na pessoa do Senhor André Heitor Costi, Diretor-Gerente, e do Senhor Emir Sfair, Diretor-Responsável, pelo transcurso do seu décimo aniversário de fundação,

a acontecer no próximo dia 15 do corrente mês, requerendo seja oficiado aos interessados.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1986.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Implantado em 15 de maio de 1976, o jornal "O PARANÁ", de Cascavel, identifica-se profundamente com a própria história da região Oeste paranaense. Pautando sua linha editorial pela sobriedade e abrangência regional, soube o jornal, como poucos, desempenhar a nobre missão de, além de espelhar a realidade, questionar, integrar e mobilizar a opinião pública para a busca de soluções comuns.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, visando a liberação de recursos para a construção de novas instalações na Escola Estadual Rio Tricolor, localizada na Municipalidade de Campina da Lagoa.

O referido educandário, localizado mais precisamente no Bairro Macagnam não mais oferece segurança aos frequentadores, devido ao péssimo estado de suas instalações, que, inclusive, põem em risco até mesmo a vida de estudantes, professores e funcionários.

Conforme iniciativa do Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Antônio de Lima, Chefe do Executivo Municipal de Campina da Lagoa, urge a tomada de providências o mais breve possível.

Neste sentido, o presente requerimento tem por finalidade que essa Secretaria de Estado da Educação, dentro da dotação orçamentária, determine a liberação dos recursos que se fizerem necessários para a pretendida obra.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido da realização de um mutirão para a construção de casas populares na Municipalidade de Boa Esperança.

A presente solicitação é de iniciativa do Ilustríssimo Senhor Florisvaldo X. de

Curitiba, terça, em 13.05.86.

Oliveira, Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, afirma ser da maior importância a construção de casas populares através do projeto mutirão, dado ao seu indiscutível alcance social, beneficiando principalmente as populações de baixo poder aquisitivo.

Pelas razões ora apresentadas, é de se esperar, por parte dessa companhia, juntamente com essa Pasta, a determinação favorável a presente proposta.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, objetivando apoio na recuperação das estradas de leito natural existentes na Municipalidade de Barbosa Ferraz.

Apresentando diversas regiões montanhosas e partes em declives, ambas formando grandes dimensões do Município de Barbosa Ferraz, encontram-se inúmeras estradas de leito natural, ligando e interligando vários povoados e áreas agrícolas e pastoris.

Justamente por tais características, a recuperação e conservação das estradas apresenta como grande tarefa para a Administração local, por vezes tornam-se metas inatingíveis, já que aquele mesmo Poder nem sempre tem disponibilidade de recursos para esta finalidade.

Baseando-se em sugestão do ilustríssimo Senhor João Eloi Pereira de Vargas, agricultor, que essa Secretaria de Estado dos Transportes estude a possibilidade de carrear verbas para revitalização das estradas, imprescindíveis no escoamento da produção agrícola.

Sala das Sessões, em 13 maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da SANEPAR - Saneamento do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido de efetuar melhorias urgentes no setor de captação de água distribuída à população da Municipalidade de Terra Boa.

A Administração Municipal, assim como o próprio escritório dessa Companhia em

Terra Boa, recebem, constantemente, reclamações por parte da comunidade, no que se refere a qualidade de água distribuída, por vezes pondo em risco à saúde da população.

Tal situação agrava-se notadamente nos dias chuvosos, visto que os motores que realizam a captação da água ficam submersos, comprometendo sua própria operacionalidade, levando aos canos água de qualidade duvidosa.

Neste sentido, face à exposição de motivos, se faz necessária uma completa revisão no referido sistema, dotando-o à altura das exigências e porte do Município de Terra Boa, conforme apelo do Excelentíssimo Senhor Elso Garcia Segura, Chefe do Executivo.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Saúde e Bem-Estar Social, no intuito da construção de um mini-posto de saúde na localidade de Nova Brasília, pertencente a Municipalidade de Araruna.

Em se tratando de casos considerados emergenciais, os moradores da localidade de Nova Brasília enfrentam inúmeros transtornos, por não contarem a seu dispor, de qualquer mecanismo que lhes assegure assistência à saúde.

Neste sentido, considerando a ausência de recursos orçamentários da Administração Municipal de Araruna, é de vital importância que essa Secretaria de Estado determine a liberação de verbas para a construção de um mini-posto de saúde em Nova Brasília, atendendo manifestação neste sentido feita pelo Ilustríssimo Senhor José Santilho.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 107/86

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituída, nos termos desta lei, a cultura obrigatória de cereais e hortigranjeiros nas faixas de domínio das rodovias estaduais.

Art. 2º - O objeto desta lei é

implantar nas faixas de domínio das rodovias estaduais, culturas passíveis de aproveitamento alimentar, ou de uso como matéria-prima a produtos de origem do setor primário.

Art. 3º - O Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura e de suas vinculadas, doará mudas e sementes indispensáveis às citadas culturas, bem como determinará quais os trechos adequados e as culturas ideais a cada local.

Art. 4º - As culturas objeto desta lei, são de responsabilidade dos proprietários fronteiriços à área de domínio a ser plantada.

§ Único - Os trechos plantados serão propriedade do Poder Público Municipal sob cuja jurisdição forem cultivados, bem como dos proprietários fronteiriços, na proporção de 30% e 70%, respectivamente.

Art. 5º - Será o proprietário fronteiriço quem, após o aconselhamento do pessoal técnico da Secretaria da Agricultura e de suas vinculadas, procederá à colheita das culturas.

Art. 6º - Caberá à Secretaria de Estado da Agricultura e às suas vinculadas, a supervisão, apoio técnico e a fiscalização necessárias à correta execução desta lei.

Art. 7º - O Poder Executivo expedirá, 60 dias após a publicação da presente lei, Decreto regulamentando a sua aplicação e dando as demais disposições indispensáveis e correta execução.

Art. 8º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente plano de lei, o cultivo em áreas ociosas, de cereais e hortigranjeiros, tornando locais inaproveitados em pontos de abastecimento comunitário. O que se verifica atualmente, são as Prefeituras Municipais sem meios para atender principalmente a população carente, na sua maior parte composta de bôias-frias. Deste modo propiciar-se-ia também a solução, em grande parte, deste problema. Por outro lado, o proprietário fronteiriço a estas áreas ociosas tiraria, também, considerável parcela de lucro, tendo em vista que as mudas e sementes seriam fornecidas pelo Poder Público Municipal.

Tem este projeto uma preocupação acima de tudo, social, porque não se pode conce-

ber que com tanta população passando fome, sem local para plantar, fiquem extensas áreas inaproveitadas, sem um uso adequado. Deste modo, embora estes locais fiquem sob os cuidados dos proprietários fronteiriços, e sob a supervisão técnica da Secretaria da Agricultura, ao final da colheita 30% será propriedade do município, que deverá encaminhar estas culturas para a alimentação da população mais necessitada. Este plano de lei é fruto de uma tomada de consciência, face aos maiores problemas sociais que enfrentamos.

Cabe ao Poder Legislativo atentar para a proliferação e agravamento dos problemas sociais deste grande País, articulando medidas capazes de conter o avanço do problema. Esta medida, embora pequena, tenta contornar os constantes problemas enfrentados pelos municípios durante as entre-safras ou durante os períodos de extensa estiagem ou prolongadas chuvas, quando hostes de trabalhadores rurais ficam sem trabalho.

Neste sentido, solicito aos nobres Pares o indispensável apoio ao presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N. 108/86

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública o CENTRO DE TREINAMENTO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL MONTE HOREBE, com sede e foro em Rio Branco do Sul.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor, na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1986.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, tem prestado relevantes serviços à coletividade, conforme relatório em anexo.

O reconhecimento da presença da organização se constitui além de modelo de justiça, em estímulo para o prosseguimento do trabalho.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente. Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

" Uma matéria publicada na edição de domingo (11.05.86) no periódico "Gazeta do

Povo", sob o título "Trabalho: universitários batem à porta", veio mais uma vez trazer à tona um assunto sobre o qual em diversas oportunidades nos pronunciamos, e que é, talvez, uma das maiores preocupações educacionais tanto a nível estadual como federal: A explosão do número de faculdades em todo o País, e o descompromisso das mesmas com a comunidade na qual se originaram, vindo a ocasionar grandes problemas quando do ingresso dos seus graduandos no mercado de trabalho.

O crescimento vertiginoso do número de faculdades particulares, a partir do início da década de 70, ao invés de vir contribuir decisivamente na melhoria da qualidade de vida da população - pois teoricamente estariam ingressando no mercado de trabalho profissionais habilitados - deixou um saldo extremamente negativo. A ânsia do lucro fácil, seduziu os dirigentes das instituições particulares e a qualidade do ensino deixou de ser a preocupação principal.

Professores mal remunerados, carência de equipamentos, ausência de condições para pesquisas pela inexistência de bibliotecas e laboratórios, discriminação social no acesso à Universidades, estes eram entre outros os problemas mais graves incidentes no ensino superior. Por outro lado a excessiva liberalidade do Governo Federal, que embora tivesse conhecimento da profunda crise pedagógica existente no setor, continuava a aprovar o licenciamento de novas instituições particulares, demonstrava a inequívoca e criminosa finalidade dos governantes em por fim à qualidade do ensino.

Em consequência deste e de outros fatores, o descalabro econômico e social tomou conta da Nação. Paralelamente, as instituições públicas de ensino superior, relegadas ao esquecimento, não possuíam condições materiais nem físicas de sustentar às próprias expensas o nível de ensino.

Parece-nos, porém, que tais circunstâncias em que pesem suas profundas seqüelas, começam a fazer parte do passado. Tancredo Neves, em seu discurso de posse, lido pelo então Vice-Presidente José Sarney, preconizava já a criação de uma comissão de alto nível com a missão de estudar a situação do ensino superior, e apresentar propostas imediatas para o problema. No nosso Estado, desde 1983, começava a se firmar uma nova política para o ensino superior, embora constitucionalmente a matéria fosse de exclusiva competência da União. O envolvimento da sociedade e da comunidade acadêmica, e o apoio material do Governo do Estado, começaram a favorecer alternativas viáveis para o atual quadro crítico; porém sabemos que

Iniciativas isoladas devem ser consideradas somente no terreno dos paliativos. A educação superior, deve caminhar como um todo, como um conjunto, sob pena de esforços isolados não encontrarem reflexos em níveis globais.

Por este motivo é com extrema satisfação que vemos a particular atenção e ênfase que o Governo da Nova República vem destinando ao setor educacional, especialmente no tocante ao ensino superior. As questões da autonomia e da Democracia interna da Universidade estão sendo reavaliadas; nas palavras de Luiz Eduardo Wanderley, sociólogo, e autor entre outras obras de "O que é Universidade", a autonomia é necessária para que a universidade cumpra sua missão, mas não desobriga o Estado de manter a educação; apenas permite às instituições escolherem currículos e programas, balizados por normas federais mínimas e valores que garantam a unidade nacional, alocarem seus recursos e estabelecerem suas formas de governo.

A adequação do ensino superior à realidade brasileira é também outro ponto da maior importância. A criação de universidades com um determinado número de faculdades que venham justamente atender às necessidades geo-econômicas de uma determinada região. Somente assim, profissionais habilitados, recém egressos dos bancos universitários teriam condições de acesso efetivo ao trabalho, integrando-se na comunidade onde desenvolveram seus estudos. A essência da função social da Universidade reside justamente aí: na integração universidade-sociedade, contribuindo a primeiro para o progresso e desenvolvimento desta última. Este é, aliás, um assunto que vem merecendo das autoridades estaduais a maior atenção; tanto é assim que assistimos na semana passada, derradeiro ato do Governador José Richa, à assinatura dos convênios de estadualização de diversas faculdades do Oeste e Centro-Oeste do Paraná, um gesto que muito mais do que o seu simples significado físico de concretizar o anseio de uma vasta região, encerra uma profunda sensibilidade pela solução dos problemas educacionais, sempre evidenciados por José Richa desde o início do seu mandato.

No que diz respeito à faculdade de Ensino Superior de Campo Mourão, luta que iniciamos em 1983 e acompanhamos de perto até ao seu desfecho, temos a certeza que a estadualização veio integrar-se dentro da linha programática dos Governos do Estado e Federal, no que tange à observância dos critérios de melhoria de qualidade do ensino e melhor integração entre a instituição e a sociedade mourãoense, e da região de um modo geral.

Bastaria aqui lembrar que a FUNDESCAM

é mantenedora da FACILCAM, que congrega 6 cursos, e do Colégio Agrícola, único Colégio Agrícola particular do Estado, para melhor avaliarmos a importância deste complexo numa das regiões mais ricas do Estado e, quiçá, do Brasil, essencial à formação de profissionais qualificados.

O resultado precípuo deste ato, bem como de todos aqueles gestos que venham emprestar à educação o valor que ela merece, é a melhoria das condições de trabalho e de vida da população. E Campo Mourão e toda a Micro-Região 12 souberam entender a importância de dotar a única instituição de ensino superior ali existente, de meios que pudessem concretizar o surto desenvolvimentista a que está propenso aquele rincão. Como a Secretária de Educação, Gilda Poli, pode comprovar quinta-feira passada, a região de Campo Mourão não esquece as pessoas que souberam ouvir seus anseios, souberam entender os seus apelos em pro do ensino.

Temos a convicção de que a opção pela Educação é a grande saída de países que como nós apresentam graves problemas estruturais. Não há País que vença crises sociais e econômicas, sem destinar ao setor educacional a atenção que este exige. A educação é a base de tudo: sem ela somente teremos grandes conquistas e progresso no campo da ilusão. E cabe ao Governo assegurar a manutenção e expansão do ensino, inclusive o superior, financiando as iniciativas educacionais de inegável interesse público.

A Universidade está começando a assumir o seu espaço dentro do ambiente democrático desta jovem República.

Afinal todos nós somos aprendizes de democracia, e nada melhor do que a própria Universidade para nos ajudar a traçar os rumos a seguir".

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Horário das Lideranças, concedo a palavra à Representação do PMDB. Declinado, consulto a Liderança do PTB. Havendo declinado, consulto o PCB. Havendo declinado, consulto o PDS. Declinado, consulto o PDT. Havendo declinado, consulto o PFL. Havendo declinado, consulto o PL.

Havendo declinado, está encerrado o Horário do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Depu-

tado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, comunicando a esta Casa, que em data de 09 de maio do corrente ano, desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PDT. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 164/85, que estende o direito de COMPRA DE VAGA, por intermédio da Secretaria da Educação, a todos os alunos excepcionais matriculados em escolas especializadas, na forma que especifica. Aprovado. (Public. no D.A. 79/85, de 21/8/85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 214/85, que proíbe o uso do fumo nas dependências das Escolas, Creches e Praças de Esporte do Estado. Aprovado. (Public. no D.A. 96/85, de 23/09/85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 138/85, que institui prêmio anual denominado ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, destinado ao Concurso Paranaense de Fanfarras e Bandas. Aprovado. (Public. no D.A. n. 106/85, de 09/10/85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 03/86, que aprova o Convênio sob n. 122/85 celebrado em 09/12/85, entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias do Planejamento e dos Transportes e do DER e a SUDESUL, objetivando a execução de obras destinadas à recomposição do sistema na área impactada pela formação do Reservatório da Hidrelétrica de Itaipu. Aprovado. (Public. no D.A. 06/86 de 04.03.86, n. 11/86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 04/86, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com os Municípios e datas que especifica, visando a transferência de recursos financeiros e de tecnologia do sistema construtivo de natureza alternativa solo-cimento. Aprovado. (Public. no D.A. n. 06/86, de 04/03/86, Mensagem n. 08).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 05/86, que aprova o Convênio SES/MTB n. 60/85, celebrado em 18/11/85, entre a União, através dos Ministérios do Planejamento e do Trabalho e o Estado do Paraná, através da Secretaria Extraordinária do Trabalho e Assuntos Comunitários, visando

Curitiba, terça, em 13.05.86.

manter intercâmbio financeiro para o Desenvolvimento de projetos de criação de Emprego e Renda a Cargo dos Estados e Municípios. Aprovado. (Public. no DA. n. 06/86 de 04/03/86 Mensagem n. 22)

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 175/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que atribui à funcionária pública estadual que adotar menor, os mesmos benefícios outorgados à funcionária gestante conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., a EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDA DE PLENÁRIO. Projeto. Aprovado. Emenda. Aprovada. Substitutivo. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 12/86, (Mensagem n. 27/86 Ex-Proposição n. 44/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova termo aditivo de 20/12/85, ao Convênio celebrado em 08/07/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, o Ministério da Agricultura e o Município de Francisco Beltrão, com interveniência da Associação Paranaense de Suinocultores e a Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda., visando continuidade da operacionalização da Central de Inseminação Artificial de Suínos. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 13/86, (Mensagem n. 28/86 Ex-Proposição n. 45/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná com os Municípios de Pranchita e Mangueirinha, em 20/09/84 e 09/11/84, respectivamente, objetivando o engajamento das municipalidades no Programa de Manejo Integrado dos Solos. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 282/84, de autoria do deputado Rubens Bueno, que autoriza o Poder Executivo a determinar que o piso salarial para o funcionalismo Público Estadual, da Administração Direta e Indireta, de regime estatutário e CLT, não poderá ser inferior a (dois) 02 salários-mínimos regionais. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.R.H., sendo o mesmo convertido em sugestão do Executivo e PARECER FAVORÁVEL da C.F., com SUBSTITUTIVO GERAL por unanimidade.

PROJETO DE LEI N. 282/84
À Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - O Poder Executivo determinará que o piso salarial para o funcionalismo Público Estadual, da Administração Direta e Indireta, de regime estatutário e contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não poderá ser inferior a dois (2) salários-mínimos regionais.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24/10/84.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente projeto de lei corrigir uma distorção que vem gradativamente se agravando, seja em decorrência dos índices inflacionários, seja em razão do tratamento desigual que vem sendo imprimido aos funcionários celetistas em relação aos funcionários estatutários.

A situação de calamidade em que se encontram os servidores celetistas do Paraná motivou o presente anteprojeto de lei, estabelecendo um piso salarial-mínimo, a fim de que tais distorções sejam, ao menos, em parte atenuadas. Tal piso, estabelecido em dois salários-mínimos, vem de encontro às aspirações da classe, combatendo o achatamento salarial a que os referidos funcionários estavam sujeitos, sendo válido para os celetistas da Administração Direta e Indireta.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 282/84

PARECER:

A intenção do projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, é autorizar o Poder Executivo a estabelecer piso salarial para o funcionalismo público estadual da Administração Direta e Indireta.

A medida possui elevado alcance social, pois visa beneficiar os funcionários de mais baixa renda, particularmente os que são contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Contudo, em que pese o mérito da matéria, a mesma esbarra em preceito constitucional. De fato, a aplicação do referido projeto de lei implica em aumento de despesa. Como determina a Constituição Estadual, a iniciativa em matéria que trate de aumento de despesa e de política de pessoal é atribuição de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo.

Neste sentido, embora concordemos com o conteúdo social da medida proposta, nos vemos contrangidos a manifestar o nosso parecer contrário, opinando pela rejeição do referido projeto de lei, sendo o mesmo convertido em sugestão no Executivo.

Sala das Comissões, em 20/10/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N. 282/84

PARECER:

A proposta contida no Projeto de lei n. 282/84, visa minorar os problemas decorrentes da baixa remuneração proporcionada pelo Governo ao funcionalismo público estadual e aos servidores da Administração Direta e Indireta regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Mas, a par de assegurar a remuneração condigna ao servidor público, a propositura, da forma como está, estabelece uma iniquidade ao dar tratamento igual a situações diferentes. Se de um lado é inteiramente justo se assegurar a todos os funcionários e servidores da Administração Direta e Indireta de condigna remuneração de outro o enquadramento do pessoal do Magistério na mesma situação constitui uma injustiça para com estes.

Para o pessoal enquadrado nas carreiras inferiores não se exige habilitação específica ou legal, o mesmo não ocorrendo em relação ao Magistério, decorrendo daí o princípio de injustiça considerar-se iguais o que por si são diferentes.

Além desse aspecto, apenas assegurar dois salários-mínimos como vencimento básico pouco resolve os problemas enfrentados pelo funcionalismo, em decorrência da escalada da inflação que a cada três meses corrói o salário em cerca de 40%.

Em vista disso e a fim de aprimorar a propositura do nobre Deputado Rubens Bueno, no sentido de verdadeiramente se atender às justas aspirações do funcionalismo, apresentamos o seguinte substitutivo ao Projeto de Lei n. 282/84.

Sala das Comissões, em 07/10/85.

(aa) ERVIN BONKOSKI

Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI N. 282/84

Art. 1.º - O vencimento básico ao funcionalismo público estadual, dos três Poderes, civil e militar, nunca será inferior ao equivalente a 2 (dois) salários-mínimos regionais.

Parágrafo Único - Esse piso salarial será assegurado também aos demais servidores dos órgãos da Administração Direta e Indireta, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2.º - Aos professores integrantes

do Quadro Próprio e do Quadro Único, é assegurada a percepção, como vencimento básico, do equivalente a 3 (três) salários-mínimos regionais.

Art. 3.º - Fica o Poder Executivo a reajustar trimestralmente os níveis de vencimento dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas e o soldo dos integrantes da Polícia Militar.

Parágrafo Único - O índice do reajuste trimestral não poderá ser inferior à variação do Índice Nacional de preços ao Consumidor - INPC, apurado no trimestre subsequente ao último reajuste concedido.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07/10/85.

(a) ERVIN BONKOSKI
Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N. 282/84

PARECER:

O nobre Deputado Rubens Bueno, ao apresentar o projeto de lei em exame, pretende autorizar o Poder Executivo a estabelecer piso salarial para o funcionalismo público estadual da Administração Direta e Indireta.

A matéria mereceu parecer contrário da douta Comissão de Constituição e Justiça, visto o seu inequívoco vício de origem.

Nos parece inevitável a manifestação do Poder Executivo sobre a oportunidade da medida, sem dúvida de elevado mérito e alcance social. Contudo, para o posicionamento desta Comissão de Recursos Humanos torna-se necessário que o Executivo se manifeste sobre a possibilidade da efetivação da medida proposta.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer contrário, opinando pela rejeição do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 28/04/86.

(aa) PÉRICLES PACHECO
Presidente
TADEU FRANÇA
Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 282/84, e encaminhado como sugestão ao Poder Executivo, considerando que o mesmo recebeu pareceres contrários nas Co-

Curitiba, terça, em 13.05.86.

missões de Constituição e Justiça e de Recursos Humanos. Aprovado. Fica, portanto, retirado da ordem do Dia o Projeto de Lei n. 282/84.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 173/85, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública o "CENTRO SOCIAL URBANO SEMÍRAMES BARROS BRAGA", com sede e foro em Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. 83/85 de 28/8/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 173/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado WERNER WANDERER, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "CENTRO SOCIAL URBANO SEMÍRAMES BARROS BRAGA", com sede e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994 de 10/1/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24/04/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente.
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 194/85, de autoria do Deputado Nelson Vasconcellos, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS", com sede e foro na cidade de Cruzeiro do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 95/85, de 19/09/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 194/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado NELSON VASCONCELLOS tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação de Recuperação de Alcoólatras", com sede e foro na Cidade de Cruzeiro do Oeste.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela

legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24/04/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

RUBENS BUENO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 290/85, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA OFICINAS - AMO", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 119/85, de 05/11/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO

E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 290/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado EDMAR LUIZ COSTA, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação de Moradores da Vila Oficinas - AMO", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24/04/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 332/85, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que denomina de "ESTRADA VEREADOR GUIDO DE MATTOS RODRIGUES", o trecho da PR-323, entre a sede do Município de Terra Boa e o Distrito de Malu, naquela municipalidade. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public no DA. n. 139/85, de 05/12/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO

E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 332/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, tem por finalidade denominar a PR-323 no trecho entre a sede do Município de Terra Boa e o Distrito de Malu, naquela municipalidade, de "ESTRADA VEREADOR GUIDO DE MATTOS RODRIGUES".

O plano de lei está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24/04/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

Esta Presidência passa a decidir a Questão de Ordem levantada pelo Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira no dia 05 do corrente mês. (Lê):

"Em resposta à Questão de Ordem formulada pelo Excelentíssimo Senhor Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, no dia 05 do corrente mês, esclareço que a Constituição Estadual, no § 2.^o de seu art. 24, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional n. 15, de 29 de junho de 1.983, determina expressamente que:

"A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, dois terços dos votos da Assembléia Legislativa."

Quer isso significar que a emenda constitucional em causa foi regularmente aprovada quando obteve, nas duas discussões a que foi submetida, o voto favorável de até mais de dois terços dos Senhores Deputados que compõem esta Casa Legislativa.

No tocante a votação em Redação Final, entendo que não se insere no processo de aprovação da emenda constitucional pois, o seu objetivo não é a proposta de alteração constitucional em seu conteúdo, mas apenas o aspecto redacional da emenda já aprovada, a fim de ajustá-la, quando necessário, ao bom vernáculo e ao estilo dos textos legislativos.

Bem por isso, a votação em Redação Final não pode importar em alteração de fundo, de conteúdo, da emenda aprovada, mas apenas em eventuais correções de forma, tal qual aconteceu no caso em exame.

Sendo assim, não se pode pretender que a votação em Redação Final deva observar o

mesmo "quorum" qualificado previsto para a aprovação da emenda constitucional, em cujo processo a votação em Redação Final não se insere.

Uma vez aprovada a emenda, com observância do "quorum" de dois terços, a votação da Redação Final se fará através de maioria simples, pois, nenhuma regra constitucional ou regimental exige "quorum" qualificado para tal votação, sendo certo que a exigência de "quorum" qualificado há de ser sempre expressa.

O Regimento Interno desta Casa, com efeito, após estabelecer o "quorum" de dois terços para a aprovação da emenda, tal qual a norma constitucional, não condiciona a "quorum" qualificado a votação em Redação Final, o que faz com que à mesma seja aplicável a regra geral do processo legislativo, tal seja a da aprovação através de maioria simples (art. 199 §§ 3.º e 4.º, com a redação dada pela Resolução n. 2/71, de 06 de maio de 1971).

Com tais ponderações, dou como respondida a Questão de Ordem levantada pelo ilustre Deputado.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1986.

(a) ANIBAL KHURY

DEPUTADO no exercício da Presidência".

A Mesa anuncia com satisfação a presença do Vereador Lindro Rodrigues, de São João do Ivaí.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. João Constantino Christofis, ocorrido no dia 11 de maio do corrente ano.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Gelmino Pulga, ocorrido no Município de Campo Mourão.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Carolina Amélia Giorgetti Sarzi, ocorrido no dia 09 de maio do corrente ano, no Município de Marumbi.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de reconhecimento ao Desembargador João Cid Portugal, pelos anos de serviço relevante prestado ao povo paranaense, como Magistrado, Procurador da Justiça e Professor de Direito.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongrue, constante do expediente, solicitando voto de regozijo, ao Bispo

da Diocese de Ponta Grossa, Reverendíssimo Dom Geraldo Pellanda, pelo seu Jubileu de Prata.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando votos de aplausos ao Jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, por ter recebido a Comenda da Ordem do Congresso Nacional.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, à Sra. Secretária da Educação, viabilizando a liberação de recursos para a construção de novas instalações na Escola Estadual Rio Tricolor, do Município de Campina da Lagoa.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a realização de um mutirão para a construção de casas populares no Município de Boa Esperança.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação das estradas de leito natural existentes no Município de Barbosa Ferraz.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a construção de um mini-posto de saúde, na localidade de Nova Brasília, no Município de Araruna.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Jornal "O Paraná", do Município de Cascavel, pela passagem do 10.º aniversário de fundação.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo melhorias no setor de captação de água distribuída à população do Município de Terra Boa.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Helena Rupp Bastos, ocorrido nesta Capital, no dia 09 de maio do corrente ano.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando ou-

tra para quarta-feira, dia 14, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.173/85, 194/85, 290/85 e 332/85.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.14/86.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Ata da reunião da Comissão de Orçamento realizada em 30 de abril de 1986.

Aos trinta dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e seis, na sala de reunião das Comissões, presidida pelo deputado Hermas Brandão com a presença dos senhores deputados: Acir Mezzadri, Trajano Bastos e Erondy Silvério. Havendo número necessário, o Senhor Presidente deu por

aberto os trabalhos, convidando o deputado Trajano Bastos, relator dos projetos de n. - Projeto de lei n.166/85 e Proposição n.22/86, respectivamente, de autoria dos deputados Dirceu Manfrinato e outros e, Orçamentos próprios das Fundações Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, para o exercício de 1985. O deputado relator fez uso da palavra, colocando os pareceres para discussão e votação pelos membros presentes. Votados e aprovados os projetos acima identificados, foi pelo senhor presidente encerrada a presente reunião. Assim sendo, eu AYRTON ALVES ARANHA, secretário da Comissão de Orçamento, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme vai assinada pelos deputados membros presentes.

Sala das Comissões, em 30/04/86.

(a) HERMAS BRANDÃO - Presidente

(a) TRAJANO BASTOS - Relator

(a) ACIR MEZZADRI - membro

(a) ERONDY SILVÉRIO - membro